



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA – CCTCI

REQUERIMENTO N° DE 2022

Requer a realização de Audiência Pública na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, a fim de discutir o papel da TV Brasil enquanto emissora pública do sistema nacional de radiodifusão.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 255 do Regimento Interno, que seja realizada Audiência Pública na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, da TV Brasil enquanto emissora pública do sistema nacional de radiodifusão.

Para tanto, requeiro que sejam convidados os seguintes participantes:

- Representante do Ministério das Comunicações;
- Representante da Empresa Brasil de Comunicação;
- Juliana Cézar Nunes, coordenadora-geral do Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal;
- Fernando Paulino, Presidente da Federação Brasileira das Associações Científicas e Acadêmicas de Comunicação (SOCICOM);
- Tereza Cruvinel, jornalista e ex-presidente da EBC;
- Laurindo Leal Filho, ex-ouvidor da EBC;



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Merlong Solano
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD222314518800>



LexEdit

* C D 2 2 2 3 1 4 5 1 8 8 0 *

-Beth Costa, coordenadora-geral do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação.

JUSTIFICAÇÃO

O artigo 223 da Constituição Federal de 1988 estabelece que as emissoras de rádio e TV brasileiras devem ser organizadas, de forma proporcional e complementar, em três sistemas: público, privado e estatal. Por falta de regulação constitucional, esses conceitos jamais foram detalhados em lei. Entretanto, o enunciado da Carta Magna, baseado nas experiências de fato e na inspiração constituinte, indica que sistema privado abrange as emissoras de natureza comercial, com finalidade lucrativa; estatal envolve as emissoras que divulgam ações do poder público, como instituições governamentais, legislativas e judiciais; e sistema público é o conjunto de veículos de mídia que tem por missão dar voz à população, de maneira plural, inclusiva e democrática.

Criada em 2007, a Empresa Brasil de Comunicação (EBC) deveria ter como fundamental missão justamente liderar a inclusão, que por décadas foi invisibilizada no país, de um sistema público de comunicação no ecossistema midiático brasileiro, a fim de atender ao mandamento constitucional. No âmbito da EBC, a TV Brasil foi criada para ser uma emissora pública, sem influência do governo em sua linha editorial, à semelhança do que acontece, por exemplo, com a BBC inglesa. Já a TV NBR, fundada em 1998, tinha o propósito inverso: seria uma emissora estatal do governo, destinada a fazer publicidade das ações do Poder Executivo.

A Revista Piauí, em longa matéria¹ publicada em sua edição do presente mês de maio de 2002, traz um relato extremamente preocupante em relação ao que vem acontecendo, nos últimos anos, com a TV Brasil. De acordo com a publicação, a emissora estaria funcionando, em realidade, como uma “TV Bolsonaro”.

O sítio eletrônico da revista publica alguns extratos da reportagem, que valem aqui ser reproduzidos:

-É rara uma semana em que a programação da TV Brasil não é interrompida várias vezes para que Bolsonaro apareça ao vivo em algum evento, sempre discursando, xingando adversários ou exaltando seu próprio governo. Entre agosto de 2020 e julho do ano seguinte, as aparições-surpresa do presidente ocuparam 158 horas da programação da emissora. É o equivalente à exibição de uma novela inteira da Globo e mais a metade de outra novela.

¹ <https://piaui.folha.uol.com.br/governo-cria-tv-bolsonaro/>



* C D 2 2 2 3 1 4 5 1 8 8 0 *
LexEdit

-Bolsonaro, que prometeu livrar-se da “TV do Lula” e fazer um governo “sem viés ideológico”, está dando à emissora a sua cara ideológica: não renovou o Estação Plural, programa que tratava do universo LGBTQIA+, e acabou com o Trilha de Letras, de entrevistas sobre literatura. No lugar deles, entraram programas sobre o Exército (Fortes do Brasil), sobre a Marinha (Faróis do Brasil) e sobre a Aeronáutica (Águias de Fogo). “Pauta sobre indígenas? Não passa. Sobre comunidade LGBTQIA+? Não passa”, diz Ana Graziela de Oliveira, repórter da TV Brasil em Brasília desde 2008. Em vez disso, a emissora agora compra novelas da Record e transmite jogos de futebol, e o programa Sem Censura, outrora rigoroso e respeitado, virou uma chacrinha governista.

-Os adversários políticos de Bolsonaro raramente aparecem na TV. Lula quase nunca é notícia. João Doria, ex-governador de São Paulo, não apareceu nem quando trouxe a vacina para o Brasil. No dia em que se aplicou a primeira dose no país, a cena foi filmada pelo governo paulista. A TV Brasil recebeu as imagens, mas escalou editores para selecionar apenas cenas nas quais Doria não estava.

Tramita nesta Casa o PDL 110/19, de autoria do dep. Rui Falcão (PT-SP), que tem por objetivo sustar os efeitos da Portaria nº 216/2019, da EBC. Tal portaria estabelece que a programação das emissoras de televisão TV Brasil e TV Nacional Brasil – NBR será apresentada em um só canal, promovendo-se a realocação de equipes de trabalho e o aproveitamento de funcionários em outras demandas da EBC.

Ao que se vê, com base na referida Portaria, está em curso uma gravíssima deturpação do mandato constitucional brasileiro, no que se refere aos sistemas nacionais de comunicação. Particularmente, em relação à missão que a TV Brasil deveria estar cumprindo. Mais grave, em pleno ano eleitoral. Esta Comissão, a despeito da tramitação regular do PDL 110/19, precisa se reunir para debater o tema em audiência pública, com a devida urgência e amplitude que o assunto requer.

Pelo exposto, peço o apoio dos pares para a aprovação do presente requerimento.

Sala da Comissão, em de maio de 2022.

Deputado Merlong Solano (PT/PI)



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Merlong Solano
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD222314518800>



LexEdit
CD222314518800*